

PARA SABER MAIS

Reparação histórica

A Comissão de Anistia analisa pedidos de indenização solicitados por pessoas que foram impedidas de exercer atividades econômicas por perseguição política entre 18 de setembro de 1946, data da promulgação da Constituição que restabeleceu direitos políticos cassados pelo Estado Novo, e 5 de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituição.

A Comissão de Anistia, instalada pelo Ministério da Justiça no dia 28 de agosto de 2001, é composta por 18 conselheiros e tem vínculo direto com o gabinete do ministro da Justiça, que toma a decisão final sobre os pedidos de indenização. A comissão é presidida pelo advogado e professor universitário Marcello Lavenère Machado.

As reparações econômicas podem ser concedidas em uma parcela única, correspondente a 30 salários mínimos por ano de perseguição política até o limite de R\$ 100 mil, ou em uma prestação mensal correspondente ao cargo que o anistiado ocuparia atualmente. Nesse caso, o limite da remuneração é o teto salarial do serviço público.

Entre os anistiados está o ex-presidente do PT José Genoino, que recebeu o direito a uma indenização de R\$ 100 mil por torturas que recebeu por ter participado da Guerrilha do Araguaia.